SEFT — SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO DE FARMÁCIA DO TORRÃO, UNIPESSOAL, L.^{DA}

Sede: Rua do Relógio, 64, Torrão, Alcácer do Sal

Conservatória do Registo Comercial de Alcácer do Sal. Matrícula n.º 00620/020513; identificação de pessoa colectiva n.º 506157580; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 02/030123.

Certifico que, com referência sociedade supra foi alterado o artigo 3.º que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de € 241 000 representado por uma quota de igual valor nominal pertencente à sócia única Rita Maria Pronto e Santos Quaresma Sereno e Melo.

O texto do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

30 de Janeiro de 2003. — A Segunda-Ajudante, *Maria Paula Molha Zacarias Rebelo Balona*. 2001337337

MOITA

PAULA & JULIETA FERNANDES, L.^{DA}

Sede: Estrada Nacional n.º 11, 170, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 02407/0040622; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 01/0040622.

Certifico que Paula Cristina Gomes Marques Fernandes e Julieta Dolores Fradinho Flora Fernandes constituíram a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

- 1 — A sociedade adopta a firma de Paula & Julieta Fernandes, L.^{da}
- 2 — A sociedade tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 11, 170, freguesia da Baixa da Banheira, concelho da Moita.
- 3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas sucursais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na venda e revenda de perfumaria, artigos de marroquinaria, bijutaria, cosmética e outros afins.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de dez mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de cinco mil euros, pertencente uma a cada uma das sócias.

ARTIGO 4.º

- 1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou a não sócios.
- 2 — Para a sociedade ficar obrigada, é necessária a intervenção de um gerente.
- 3 — Ficam, desde já nomeadas gerentes, ambas as sócias.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Foi conferida e está conforme.

1 de Julho de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Joaquina do Carmo Vinhas Barroso Carvalho*. 2004157488

J. C. ALEXANDRE & FILHOS, L.^{DA}

Sede: Rua de Arlindo Vicente, 7, 1.º, Baixa da Banheira, Moita

Conservatória do Registo Comercial da Moita. Matrícula n.º 02409/0040624; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/0040624.

Certifico que José Alberto Carrondo Alexandre; Maria da Conceição Galdes Alexandre; Vera Lúcia Galdes Alexandre e José Alberto Galdes Alexandre, constituíram a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

- 1 — A sociedade adopta a firma J. C. Alexandre & Filhos, L.^{da}
- 2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Arlindo Vicente, 7, 1.º, freguesia da Baixa da Banheira, concelho da Moita.
- 3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na construção civil e administração de imóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde a soma de quatro quotas: uma do valor nominal de três mil euros pertencente ao sócio José Alberto Carrondo Alexandre; uma do valor nominal de mil euros pertencente à sócia Maria da Conceição Galdes Alexandre e duas iguais do valor nominal de quinhentos euros pertencente uma a cada um dos sócios Vera Lúcia Galdes Alexandre e José Alberto Galdes Alexandre.

ARTIGO 4.º

- 1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou a não sócios.
- 2 — Para a sociedade ficar obrigada é suficiente a intervenção de um gerente.
- 3 — A remuneração da gerência poderá consistir total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.
- 4 — Fica desde já nomeado gerente o sócio José Alberto Carrondo Alexandre.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o contrato social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria simples, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se, por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Foi conferida e está conforme.

2 de Julho de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Joaquina do Carmo Vinhas Barroso Carvalho*. 2004156813